

Evento: XX Jornada de Extensão

**RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA E A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR:
IMPLICAÇÕES DA APROXIMAÇÃO ENTRE A FORMAÇÃO INICIAL E A
FORMAÇÃO CONTINUADA¹**
**PEDAGOGICAL RESIDENCY AND THE SCHOOL PHYSICAL EDUCATION:
IMPLICATIONS OF APPROXIMATION BETWEEN INITIAL AND
CONTINUING EDUCATION**

**Cristiano Rafael Pinno², Diego Francisco Lorencena De Oliveira³, Paulo
Sérgio Schardong⁴**

¹ Trabalho desenvolvido no Programa Residência Pedagógica. Financiado pela CAPES.

² Aluno do curso de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional - ProEF na Unijuí. Professor das redes municipais de Ijuí e Coronel Barros/RS. Preceptor/Bolsista CAPES no Programa Residência Pedagógica.

³ Aluno do curso de Licenciatura em Educação Física. Bolsista CAPES no Programa Residência Pedagógica.

⁴ Professor da rede estadual de ensino em Ijuí/RS. Preceptor/Bolsista CAPES no Programa Residência Pedagógica.

INTRODUÇÃO

Refletir sobre a qualificação de professores em sua formação inicial remete pensar possibilidades de inserção destes sujeitos diretamente na realidade escolar. A distância existente entre a formação acadêmica e a atuação docente sempre refletiu nas dificuldades encontradas na prática pedagógica de professores sem experiência. Muitas vezes nos deparamos com profissionais que não conseguem identificar a real finalidade da escola, ou seja, sua função social. Muito menos, possuem metodologias de intervenções apropriadas para os desafios que a escola, em especial, a instituição pública, nos oferece.

Quando nos referimos a Educação Física estes desafios aumentam. Nos deparamos neste momento com uma escola pública desvalorizada e um componente curricular que apresenta, ao longo de sua história, muitas inconsistências e incoerências no seu processo pedagógico.

Este trabalho objetiva pensar o Programa Residência Pedagógica como uma oportunidade de encurtar esta distância entre formação inicial e realidade escolar, além de oferecer suporte às escolas e professores envolvidos a partir de um processo de formação continuada que abrange diretamente o repensar da prática pedagógica e a qualificação da Educação Física Escolar.

EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: PARA QUÊ?

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), na sua versão final para a educação infantil e o Ensino Fundamental, apresenta uma série de competências que devem servir de referência para o

Evento: XX Jornada de Extensão

acompanhamento da aprendizagem dos alunos e sua formação na educação básica.

Ao definir essas competências, a BNCC reconhece que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” (BRASIL, 2017, p. 14).

Nesta perspectiva, a BNCC legitima as proposições instituídas já na LDB (Lei 9394/96), quando esta estabelecia a Educação Física como componente curricular, e também os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998), que definiram a disciplina como

[...] muito importante na medida em que possibilita aos alunos uma ampliação da visão sobre a cultura corporal de movimento e, assim, viabiliza a autonomia para o desenvolvimento de uma prática pessoal e a capacidade para interferir na comunidade, seja na manutenção ou na construção de espaços de participação em atividades culturais [...]. Ressignificar esses elementos da cultura e construí-los coletivamente é uma proposta de participação constante e responsável na sociedade (BRASIL, 1998, p. 15).

Enfoca-se, mais uma vez, a necessidade de intervenção no mundo em que vivemos. Não basta o aluno vivenciar as práticas corporais e aprendê-las; é preciso entender sobre essas práticas da cultura corporal de movimento (CCM). Brincadeiras e jogos, esportes, ginásticas, lutas, práticas corporais expressivas e práticas corporais de aventura, foram, são e continuarão sendo produtos de contextos histórico-culturais muito diversos.

Esse “aprender sobre” está intrinsecamente relacionado com a aprendizagem crítica e reflexiva. A Educação Física recebe a incumbência, a partir desta nova leitura, de pensar e refletir sobre as representações sociais das práticas da CCM e seus significados. A educação integral é acompanhada pelo multidimensionamento das aprendizagens que, segundo a BNCC, deve ocorrer nas “dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica” (BRASIL, 2017, p. 14).

Desta forma, este documento entende a Educação Física escolar como

[...] o componente curricular que tematiza as práticas corporais em suas diversas formas de codificação e significação social, entendidas como manifestações das possibilidades expressivas dos sujeitos, produzidas por diversos grupos sociais no decorrer da história (BRASIL, 2017, p. 209).

E reforça que

[...] as práticas corporais devem ser abordadas como fenômeno cultural dinâmico, diversificado, pluridimensional, singular e contraditório. Desse modo, é possível assegurar aos alunos a (re)construção de um conjunto de conhecimentos que permitam ampliar sua consciência a respeito de seus movimentos e dos recursos para o cuidado de si e dos outros e desenvolver autonomia para apropriação e utilização da cultura corporal de movimento em diversas finalidades humanas, favorecendo sua participação de forma confiante e autoral na sociedade (BRASIL, 2017,

Evento: XX Jornada de Extensão

p. 209).

Neste sentido, evidencia-se a importante contribuição da Educação Física para a constituição do sujeito na sua integralidade, na percepção dos alunos sobre a sua representatividade social, o respeito à diversidade nos diferentes contextos em que são identificadas, além da reconstrução dos seus conhecimentos a respeito das práticas corporais abundantes nas mais diversas sociedades em que vivemos.

A Educação Física Escolar, enquanto instrumento de mediação entre o mundo e nossas crianças e jovens escolares, não pode se desmerecer a ponto de constituir-se num momento de descanso, de relaxamento, inferior aos outros componentes curriculares. Esta concepção reforça a necessidade de maior aproximação entre a formação acadêmica e a realidade escolar no intuito de potencializar as práticas pedagógicas que valorizem a função social que temos enquanto docentes na Educação Básica.

O PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

Segundo o edital publicado pela CAPES, o programa Residência Pedagógica tem por finalidade

I. Aperfeiçoar a formação dos discentes de cursos de licenciatura, por meio do desenvolvimento de projetos que fortaleçam o campo da prática e conduzam o licenciando a exercitar de forma ativa a relação entre teoria e prática profissional docente, utilizando coleta de dados e diagnóstico sobre o ensino e a aprendizagem escolar, entre outras didáticas e metodologias;

II. Induzir a reformulação do estágio supervisionado nos cursos de licenciatura, tendo por base a experiência da residência pedagógica;

III. Fortalecer, ampliar e consolidar a relação entre a IES e a escola, promovendo sinergia entre a entidade que forma e a que recebe o egresso da licenciatura e estimulando o protagonismo das redes de ensino na formação de professores.

IV. Promover a adequação dos currículos e propostas pedagógicas dos cursos de formação inicial de professores da educação básica às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). (BRASIL, 2018, p. 1)

Neste sentido, o Programa Residência Pedagógica, na especificidade da Educação Física, vem desenvolvendo, nos últimos meses, um trabalho de reflexão e construção da prática pedagógica com um grupo de 25 acadêmicos (24 residentes e um voluntário) e 3 professores (preceptores) de 3 escolas da região, sendo duas do município de Ijuí e uma do município de Santa Rosa. Basicamente este processo consistiu em um primeiro momento de estudos nas respectivas escolas, seguido da construção de uma proposta comum para as escolas do município de Ijuí e uma proposta para a escola do município de Santa Rosa.

Durante o primeiro semestre do Programa foram construídas unidades didáticas e os respectivos

Evento: XX Jornada de Extensão

planos e de aula tendo como referência a organização curricular dos referenciais Curriculares do Estado do Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL, 2009) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017). No segundo semestre do Programa, que consiste no primeiro semestre do ano letivo escolar, os residentes estão se inserindo na rotina escolar atuando em diferentes espaços relacionados com a função do professor de Educação Física nas respectivas escolas. Acompanhamento e estágio nas aulas regulares e projetos de contraturno são algumas das ações realizadas pelos residentes supervisionados pelos professores preceptores.

Esta relação entre residentes e preceptores tem apresentado uma oportunidade significativa de troca entre a formação inicial e a realidade escolar, pois, permite a integração entre os conhecimentos adquiridos nas duas frentes de formação (a acadêmica e a continuada/permanente).

É importante lembrar que o professor se constitui como professor ao longo de sua jornada, ou, como afirma Libâneo (2017, p. 35), “é no exercício do trabalho que, de fato, o professor produz sua profissionalidade”. Em geral, os reais desafios da carreira do magistério não são revelados durante a formação acadêmica. É no chão da escola, na sala de aula, que o docente desenvolve suas habilidades para ensinar.

Neste momento nota-se a importância da aproximação entre a formação inicial e a realidade escolar, bem como da formação continuada. Esse contínuo de aprendizagem docente decorre da percepção de que a formação inicial não contempla, em sua totalidade, os saberes e desafios da educação escolar. Além disso, o ambiente social não é estático, está em constante movimento.

FORMAÇÃO CONTINUADA

Molina Neto (2005) ressalta a importância do processo de reflexão da prática pedagógica nos programas de formação continuada. Para o autor, é importante avançarmos em relação aos cursos de reciclagem que reforçam a dualidade entre os especialistas (produtores de conhecimento) e os professores (aplicadores). Essas formações devem ter “[...] intenção de oferecer ao sujeito situações em que possa refletir, de forma crítica, sobre suas ações profissionais nos contextos sociais plasmados de contradições” (MOLINA NETO, 2005, p. 205).

Corroborar essa afirmação Fensterseifer (2001), quando sugere o investimento em formações continuadas e cursos de Pós-Graduação como via de fomento à reflexão sobre a dicotomia teoria-prática; esse um dos grandes desafios para a inserção de professores no contexto das práticas pedagógicas inovadoras da Educação Física.

Pensar o professor como sujeito possuidor de conhecimento e não mero aplicador parece ser um passo importante para enfrentar estas demandas. Nesse sentido, incentivar os momentos de reflexão, nas individualidades da atuação docente, mas, também, na coletividade, em especial dos professores de Educação Física, pode potencializar o processo de qualificação da atuação docente e, especialmente, da formação dos nossos alunos.

Evento: XX Jornada de Extensão

A educação, à medida que é ação proposital, exige uma tomada de consciência, uma reflexão e um direcionamento explícito, exigências que vão além daquilo que a intuição prática ou o império dos fatos e circunstâncias prescrevem, e para o que não é suficiente a teoria por si só, como se fosse uma regra universal autoaplicável (MARQUES, 2005, p. 313).

A formação continuada, entretanto, ainda surge como uma possibilidade para amenizar as dificuldades dos docentes que já estão alocados no espaço escolar. Como afirma Paulo Freire (1996, p. 38), “ensinar exige reflexão crítica sobre a prática”. Não é, portanto, simplesmente um compartilhamento de angústias ou um momento de atualização de repertório de atividades. “[...] na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática” (FREIRE, 1996, p. 39).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Programa Residência Pedagógica. Edital CAPES nº 06/2018. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/01032018-Edital-6-2018-Residencia-pedagogica.pdf>> Acesso em 01 mai/2019.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC; SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.

FENSTERSEIFER, P. E. A Educação Física na crise da modernidade. Ijuí: Ed. Unijuí, 2001.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática da autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Heccus Editora, 2017.

MARQUES, M. O. Pedagogia. In: GONZÁLEZ, F. J.; FENSTERSEIFER, P. E. (Org.). Dicionário crítico de Educação Física. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

MOLINA NETO, V. Formação permanente. In: GONZÁLEZ, F. J.; FENSTERSEIFER, P. E. (Org.). Dicionário crítico de Educação Física. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

PARO, V. H. Gestão democrática da escola pública. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado da Educação. Departamento Pedagógico (Org.). Referenciais Curriculares do Estado do Rio Grande do Sul: Linguagens, códigos e suas tecnologias - Volume II. 1.ed. Porto Alegre: Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Sul, v. 2,

Bioeconomia:
DIVERSIDADE E RIQUEZA PARA O
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

SALÃO DO CONHECIMENTO

UNIJUI 2019

21 a 24 de outubro de 2019

XXVII Seminário de Iniciação Científica
XXIV Jornada de Pesquisa
XX Jornada de Extensão
IX Seminário de Inovação e Tecnologia

Evento: XX Jornada de Extensão

2009.